



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003753-86.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Andreza Cristina Magro**
 Requerido: **QUALICORP ADM. E SERVIÇOS LTDA. e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou que possui plano de saúde junto às rés e que não efetuou o pagamento da mensalidade vencida em fevereiro/2018.

Alegou ainda que fez solicitação à primeira ré para a emissão de boleto com o intuito de quitar essa mensalidade, o que sucedeu regularmente.

Salientou que o seu plano foi todavia cancelado depois sem que houvesse motivo para tanto, de sorte que almeja ao seu restabelecimento.

Acolho a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* arguida em contestação pela ré **UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, tendo em vista que ela não possui liame com o plano de saúde trazido à colação, firmado entre a autora e a **UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO – FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS**.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Outra é a solução para a prejudicial suscitada pela ré **UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO – FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS**, pois a relação jurídica entre ela e a autora se cristaliza na sua condição de prestadora dos serviços médico-hospitalares a essa.

Significa dizer que a ré está inserida na cadeia de prestação de serviços à autora, circunstância que viabiliza a sua inserção no polo passivo da ação.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já se pronunciou perfilhando esse entendimento:

“Primeiramente, embora haja contratação de plano de saúde coletivo por intermédio da corre Qualicorp, o plano de saúde é prestado pela apelante Unimed, que possui, portanto, legitimidade passiva para o pedido de manutenção do plano de saúde. Trata-se, como bem fundamentado pelo I. Magistrado sentenciante, do entendimento da Súmula nº 101 deste Tribunal de Justiça: 'O beneficiário do plano de saúde tem legitimidade para acionar diretamente a operadora mesmo que a contratação tenha sido firmada por seu empregador ou associação de classe'. Irrelevante que as Resoluções Normativas nºs 195 e 196 da ANS prevejam regras para repartição de atribuições nas contratações coletivas por adesão, entre a operadora do plano de saúde e a estipulante. Em relação ao consumidor, a responsabilidade é comum de ambas, pela regularidade da prestação do serviço, o que envolve também o cadastramento e a manutenção do segurado no plano de saúde. Trata-se de decorrência dos artigos 12 e 14 do Código de Defesa do Consumidor, quanto à regularidade do serviço prestado. As atribuições repartidas pelas Resoluções Normativas nºs 195 e 196 da ANS poderão importar em obrigação de regresso indenizatório de uma ré em face da outra, mas não afasta a responsabilidade de ambas em face do consumidor.” (Apelação nº 1126595-62.2016.8.26.0100, 3ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **CARLOS ALBERTO DE SALLES**, j. 20/02/2018).

“A apelante Unimed Fesp é a efetiva prestadora dos serviços médico-hospitalares à requerente, destinatária da contraprestação pecuniária paga por esta. A contratação por intermédio de administradora de plano de saúde não possui o condão de afastar sua legitimidade para a demanda. Efetiva prestadora de serviços que é, a Unimed Fesp, apelante, possui vínculo fático-material com a autora e apelada, configurando evidente legitimidade 'ad causam'.” (Apelação nº 1011154-24.2016.8.26.0006, 8ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **CLARA MARIA ARAÚJO XAVIER**, j. 23/11/2017).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Rejeito a preliminar aludida, pois.

No mérito, não há maiores discussões sobre os aspectos fáticos postos a debate.

Nesse sentido, restou incontroverso que a autora não quitou a mensalidade relativa ao plano de saúde mantido perante as rés e que se venceu em fevereiro/2018.

A despeito da missiva de fl. 06 referir que o correspondente adimplemento deveria ter lugar até 28/02/2018, a própria ré **QUALICORP** emitiu o boleto de fl. 07 como apto à solução dessa pendência, o que se deu com o pagamento nele indicado por parte da autora.

A maior evidência de que a situação foi contornada reside na declaração de fl. 08, em que a ré **QUALICORP** deixou claro que a autora quitou todas as mensalidades que lhe tocavam de janeiro de 2014 até fevereiro de 2018.

Por outras palavras, aconteceu o reconhecimento de que o atraso em que incorreu a autora foi reparado com o pagamento posteriormente implementado.

A conjugação desses elementos impõe o acolhimento da pretensão deduzida à minguia de justificativa para o cancelamento do plano por inadimplência já sanada.

Diante desse panorama, inclusive, é desnecessário perquirir sobre a natureza do plano celebrado ou sobre as possibilidades de sua rescisão porque, como visto, no caso específico foi dada oportunidade à autora para reparar o seu inadimplemento e isso se concretizou.

Isto posto, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito em face da ré **UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, com fundamento no art. 485, inc. VI, do Código de Processo Civil, e no mais **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar as rés **QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S/A** e **UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO – FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS** a restabelecerem o contrato celebrado com a autora em toda a sua extensão, inclusive providenciando o débito das mensalidades respectivas.

Deixo de aplicar multa para a hipótese de descumprimento da presente, o que sucederá oportunamente, se necessário.

Transitada em julgado, intimem-se as rés pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Torno definitiva a decisão de fls. 10, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 23 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**